

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO APLICADA ÀS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Denise Engleitner

Especialização em Metrologia Aplicada à Engenharia pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, MS.

Maria Augusta de Castilho

Pós-Doutora em Linguística, Doutora em Ciências Sociais (USP). Professora da Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, MS.

Mariel Guerreiro da Fonseca Martins

Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Waldete Alves de Paula Salineiro

Mestranda em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, MS.

RESUMO: O artigo apresentado visa, por meio da perspectiva da análise crítica do discurso, detectar qual a maior barreira enfrentada para o cumprimento das normas e legislações relacionadas à acessibilidade, especialmente em instituições educacionais. O objetivo foi o de verificar as condições de circulação e uso dos espaços por todas as pessoas, complementando com relatos de situações vivenciadas por atores que necessitam de espaços acessíveis. Diante do conteúdo exposto e utilizando-se do método de contextualização adotado por Van Dijk, elaborou-se uma estrutura analítica relacionando o discurso ora representado pela legislação, à sociedade representada por grupos de vários segmentos e as cognições sociais exercidas principalmente por grupos com algum tipo de deficiência. O estudo revela que o espaço físico acessível é importante, mas não é tudo, pois conviver com a diversidade humana de forma natural deve fazer parte da formação educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Escolas. Território.

ABSTRACT: The present article aims, through the perspective of the critical analysis of the discourse, to detect the greatest barrier to compliance with norms and legislation related to accessibility, especially in educational institutions. The objective was to verify the conditions of circulation and use of spaces by all people, complementing with reports of situations experienced by actors who need accessible spaces. In view of the above content and using the method of contextualization adopted by Van Dijk, an analytical structure was elaborated relating the discourse represented by the legislation, to the society represented by groups of several segments and the social cognitions exerted mainly by groups with some kind of deficiency. The study reveals that accessible physical space is important, but it is not everything, because living with human diversity naturally should be part of educational training.

KEYWORDS: Accessibility. Schools. Territory.

INTRODUÇÃO

A acessibilidade é hoje entendida como uma questão de direitos humanos reconhecidos nas leis de vários países do mundo representando o direito à igualdade de oportunidades, a não discriminação, à inclusão e à participação em todos os aspectos da vida em sociedade.

A acessibilidade plena significa considerar mais do que apenas a acessibilidade em sua vertente física e prima pela adoção de aspectos emocionais, afetivos e intelectuais, indispensáveis para gerar a capacidade do lugar de acolher seus visitantes e criar aptidão no local para desenvolver empatia e afeto em seus usuários. (DUARTE & COHEN, 2013).

A acessibilidade nas instituições educacionais será o objeto do estudo, utilizando como ferramenta a Análise Crítica do Discurso sob a visão de Van Dijk (1997), cuja forma de analisar criticamente o discurso é delimitá-lo às características analíticas: sociedade, cognição e discurso.

Na acepção de Van Dijk (2008), o emprego de uma investigação analítica discursiva, mostra o quanto o texto pode estar vinculado a práticas sociais de desigualdades, racismo e discriminação.

Foram utilizados: recortes da legislação e normas de acessibilidade, como representação do discurso institucionalizado; apresentação de histórias feitas nas instituições educacionais municipais de Campo Grande - MS, visando a verificação das condições de acessibilidade e recortes de relatos vivenciados por pessoas com deficiência.

Diante do exposto, estruturou-se o artigo ao identificar os obstáculos da rede de práticas, das relações de semiose e do discurso, com a finalidade de identificar as maneiras de superar as barreiras e refletir criticamente sobre a análise apresentada.

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Para enfatizar a relevância da Análise Crítica do Discurso doravante representada pela sigla ACD, praticada por cientistas sociais e estudiosos nas várias e múltiplas manifestações dirigidas à sociedade contemporânea, especialmente pela ‘mídiã mass’, foram abordados inicialmente alguns conceitos importantes dos principais representantes da história da ACD. medida em que os cientistas sociais perceberam que os estudos linguísticos deveriam não

apenas ser objeto de análise gramatical de sistemas linguísticos, mas também serem analisados pelas várias formas de uso da língua.

Van Dijk (1992), admite que discursos normalmente são concebidos por pessoas em situações específicas dentro de um contexto sócio-cultural, ou seja, o processamento de discursos não se resume em mero evento cognitivo, e somente a partir da interação entre as representações textuais e sociais é que se atinge sua compreensão.

O uso do termo discurso para Fairclough (2008), utilizado como um modo de focalizar a linguagem deve-se a proposta de considerar o uso desta, como forma de prática social, contribuindo para a construção das identidades sociais, das relações sociais e de sistemas de conhecimento, ou de acordo com o autor, construindo o mundo em significado.

A prática discursiva conforme enfatiza Fairclough (2008), além de contribuir para reproduzir a sociedade, também contribui para sua transformação, sendo o resultado de práticas sociais, reflexo de estruturas sociais concretas. Estas práticas sociais por sua vez, podem ter diferentes interesses ou orientações de natureza econômica, política, cultural ou ideológicas. Portanto, na visão de Fairclough, qualquer evento discursivo além de um texto, é uma prática discursiva textual e também uma prática social.

Com a compreensão dos conceitos do discurso segundo alguns dos estudiosos mais respeitados da ACD, a influência do discurso na conduta da sociedade e a abrangência hoje atingida pelos meios de comunicação e expressão, é óbvia a percepção da importância em estudar a análise crítica.

Considerar uma interface cognitiva para Van Dijk (2008) é fundamental à análise do discurso. Wodak (2004) revela que Van Dijk desenvolveu um modelo cognitivo de como os indivíduos entendem o discurso, e como os significados dependem do texto e do contexto.

No entendimento de Van Dijk (2008), a análise crítica do discurso, revela que o uso de textos escritos ou orais são sempre representações que levam à reprodução da dominação e de abuso de poder dentro dos contextos sociais e políticos na sociedade. O emprego de uma investigação analítica discursiva conforme sugere o autor, mostra o quanto o texto pode estar vinculado a práticas sociais de desigualdades, racismo e discriminação.

Magalhães (2001) sugere a análise do discurso segundo a ótica tridimensional proposta por Fairclough, com uma primeira dimensão da análise textual em si, alicerçada na Linguística Sistêmica e Funcional - LSF, uma segunda dimensão baseada na análise discursiva, envolvendo a produção, a distribuição e o consumo dos textos, variando conforme a natureza, os diferentes

tipos de discurso e os fatores sociais, e, em uma terceira dimensão que seria análise da prática social envolvendo os contextos sócio-culturais, dentro do conceito de hegemonia dos grupos.

Ao tratar da história da análise crítica do discurso, Wodak (2004) cita Van Leeuwen ressaltando sua forma de relacionar discurso e prática social, ora como forma de ação, ora como forma de conhecimento, o que lhe permite sugerir que a ACD deveria se interessar pelos dois aspectos gerados por estas formas, ou seja, como instrumento de poder e controle, bem como instrumento de construção social da realidade.

De acordo com Guimarães (2012), Van Dijk usa a abordagem cognitiva para explicar os mecanismos de processamento do discurso tendo focado atualmente suas investigações para as questões de racismo e ideologia, Fairclough já foca a investigação dos discursos na mídia para as massas como forma de manutenção de poder e Leewen ao analisar o significado das imagens e a relação nos discursos entre as informações visuais e verbais, afirma que elas são determinantes e compostas por teorias heterogêneas.

Guimarães (2012), ao confrontar as teorias de Van Dijk e Fairclough, conclui que a ACD surge de abordagens distintas, porém, com pontos comuns como a multidisciplinaridade, a preocupação social, o posicionamento político e o alerta às práticas de abuso de poder.

Portanto, a ACD pode ser apresentada tanto como teoria quanto como método de análise de práticas sociais (MAGALHÃES, 2001). O objeto de estudo da ACD são os aspectos discursivos da mudança social contemporânea.

Na ótica de Magalhães (2001), o discurso pode ser também agente de mudança, podendo transformar as relações de dominação. Por isso, a teoria social do discurso é revolucionária e ideológica, e por sua vez a ACD é síntese transformadora de outras teorias, contribuindo para o enriquecimento dessas novas teorias, ao analisar os discursos sob diversas perspectivas e obter novos olhares sobre os mesmos.

Com os estudos realizados sobre o assunto, pode-se afirmar que a aplicação da ACD nas diversas formas de representação do discurso, textuais, orais ou mesmo de imagens, permite que a sociedade reconheça o verdadeiro significado das informações. Esta possibilidade, na verdade, é uma maneira mais justa de escolhas tanto individual quanto de grupos com interesses afins e a grande chance de interferir nos discursos, alterando práticas discursivas impostas, muitas vezes, por anos de dominação, poder e controle sobre o comportamento social e sobre as mentes algumas vezes viciadas.

ACESSIBILIDADE: NORMAS E LEGISLAÇÕES

Em 6 de julho de 2015 foi estabelecida pela Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com a finalidade de garantir às pessoas com deficiências, o exercício dos seus direitos e das liberdades fundamentais, visando a sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

De acordo com esta lei considera-se pessoa com deficiência aquela que traz um impedimento físico, intelectual ou sensorial. Esta deficiência pode implicar na sua dificuldade em participar plenamente na sociedade, impedindo-a de ter as mesmas condições que as demais pessoas possuem.

A pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida precisa utilizar de forma segura e autônoma os espaços físicos, o mobiliário, os transportes, as tecnologias, as instalações abertas ao público, tanto de uso público ou privados de uso coletivo, pois somente quando este contexto apresentar-se presente nos termos já citados pode-se caracterizar que a acessibilidade está sendo construída.

A Lei nº 13.146 elenca muitos obstáculos à acessibilidade, sendo importante ressaltar as barreiras atitudinais, um fator importante e muito difícil de ser contornado, mas que necessita de uma mudança urgente pela sociedade, proporcionando a pessoa com deficiência às mesmas condições de igualdade e oportunidades que as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Salienta-se que é dever do Estado, da sociedade e da família oferecer a pessoa com deficiência, os mesmos direitos que as demais pessoas possuem dentro da Constituição Federal Brasileira (1988), artigos 5º e 6º, entre eles os direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

A pessoa com deficiência sendo reconhecida com todos os seus direitos contribuirá para uma sociedade mais digna, humana, participativa e acima de tudo igualitária.

O poder público, de acordo com a Lei nº 13.146, tem uma função muito importante neste sentido, é por meio do mesmo que características importantes preservam os direitos das pessoas com deficiência ao longo de toda a sua vida. (BRASIL, 2015).

Conforme esta lei, de acordo com os artigos 27 e 28, incumbe ao poder público, como também à comunidade escolar, assegurar educação de excelência às pessoas com deficiência, revelando que o sistema educacional deve ser inclusivo, oferecendo condições de acesso que eliminem as barreiras e promovam o bem estar intelectual e físico, trazendo também uma educação bilíngüe, em libras quando necessário. A inserção na educação superior precisa ser analisada com mais relevância para que a pessoa com deficiência possa competir com igualdade com as demais pessoas, ou seja os espaços, as atitudes, os comportamentos tem que se mostrar mais acessíveis.(BRASIL, 2015).

A fim de garantir nos projetos, nas construções e nas instalações, a implantação dos procedimentos necessários à acessibilidade, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelece a NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, sendo esta uma revisão técnica da edição anterior do ano de 2004. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

As edificações já existentes devem se adequar segundo esta norma vigente, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços.

A NBR 9050 institui termos, definições, parâmetros técnicos a serem observados nas edificações, tanto no meio urbano como no rural que devem ser seguidos para que os espaços sejam considerados acessíveis

Segundo esta Norma, para serem considerados acessíveis, todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta legislação.

Além de trazer características técnicas de projetos acessíveis, a NBR 9050 exhibe alguns anexos. O anexo A é de extrema importância a ser abordado, pois traz um conceito sobre Desenho universal e seus princípios, revelando como a arquitetura e o design se preocupam com o ser humano e suas diversidades. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

A Lei nº 13.146 e a Norma NBR 9050 são fundamentais quando o tema é acessibilidade. É por meio destas legislações que a pessoa com deficiência está descobrindo os seus direitos, abrindo oportunidades e tornando-a mais inclusiva na sociedade brasileira.

ACESSIBILIDADE NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS

Identificou-se em vistorias realizadas pela Divisão de Fiscalização de Controle Urbanístico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano nas Escolas Municipais de Campo Grande- MS, com o objetivo de verificar as condições de circulação e uso dos espaços por todas as pessoas independentemente de suas características físicas, sensoriais e cognitivas, que nenhuma atende a norma de acessibilidade.

As unidades educacionais fiscalizadas, totalizando 84 edificações, funcionam nos períodos, matutino e vespertino, sendo que a maioria possui mais de 20 salas de aulas e capacidade para aproximadamente 1.500 (hum mil e quinhentos) alunos matriculados, desde a pré-escola (educação infantil) até o 9º ano do ensino fundamental.

A maioria destas edificações foram construídas há muitos anos, na época em que não haviam estudos sobre acessibilidade. Contudo, de acordo com a lei vigente toda edificação de atendimento ao público construída anteriormente a mesma, deverá cumprir os parâmetros estabelecidos pela NBR 9050. Mesmo a maioria sendo edificações térreas verificou-se a ausência de acessibilidade nas instituições vistoriadas. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Para o cumprimento da lei e a obrigatoriedade de acesso a todos os espaços, todas as edificações carecem de adaptações referentes a parte física, estrutural e arquitetônica, havendo a necessidade de se oferecer mobiliários adequados.

As edificações escolares possuem características arquitetônicas semelhantes: sala de direção, sala dos professores, sanitários, sala da coordenação pedagógica, de informação, biblioteca, secretarias, setores administrativos, laboratórios, assim como dispõem de quadras de esportes e pátio central dentre outros ambientes de uso comum.

Os relatórios da fiscalização analisaram desde o entorno das edificações, das vias de acesso com calçamento, rampas de acesso nas esquinas com piso tátil, portão de acesso principal, faixa de travessia de pedestres, vagas preferenciais demarcadas para veículos, acessos e circulações internas e externas, a existência de sinalizações e de rampas adequadas. Também foram verificados os sanitários adaptados, a largura dos vãos das portas de acesso aos ambientes, as maçanetas de abertura das portas correspondentes, as alturas das: lousas, dos

balcões das cantinas e das secretarias, das prateleiras da biblioteca e dos bebedouros. Assim como foi observado também a existência ou não de mobiliário adequado.

Os mobiliários também são importantes. Para se chegar a uma escola inclusiva, e atingir uma acessibilidade plena, é essencial que qualquer objeto, ou espaço, tenha o conceito de desenho universal. Conforme a NBR 9050 apresenta:

O conceito de desenho universal tem como pressupostos: equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico, dimensionamento de espaços para acesso, uso e interação de todos os usuários. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p.4)

O desenho universal como sinônimo de conforto e segurança pode ser aplicado por meio de identificações personalizadas em relevo para atender as necessidades de pessoas com deficiência visual, recursos auditivos para sinalização dos ambientes, rampas no lugar de escadas e degraus, banheiros adaptados e seguros, além de barras de apoio. São muitos os recursos disponíveis no mercado para deixar as edificações acessíveis. A esse respeito Guimarães (1999, p.2) assegura que:

Um ambiente com acessibilidade atende, diferentemente, uma variedade de necessidades dos usuários, tornando possível uma maior autonomia e independência. Entendendo autonomia como a capacidade do indivíduo de desfrutar dos espaços e elementos espontaneamente, segundo sua vontade. E independência como a capacidade de usufruir os ambientes, sem precisar de ajuda.

Também Duarte e Cohen (2006, p.3) afirmam que:

A acessibilidade ao espaço construído não deve ser compreendida como um conjunto de medidas que favorecem apenas às pessoas com deficiência - o que poderia até aumentar a exclusão espacial e a segregação destes grupos, mas sim medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial.

Para um melhor entendimento do conceito de acessibilidade, é importante mencionar as condições de acesso à informação, das possibilidades de deslocamento e de uso do espaço, onde todos os indivíduos possam participar de atividades e assim, exercer seu direito de cidadão, conforme é previsto no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira (1988).

Diante dos relatórios apresentados e das evidências observadas *'in loco'*, pôde-se constatar que as edificações vistoriadas, necessitam fazer adaptações dos espaços e mobiliários

para melhor atender as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, promovendo desta forma um atendimento não excludente.

UM CONCEITO X UMA REALIDADE

Para analisar de que forma o discurso, a sociedade e o conhecimento sobre acessibilidade se contextualizam, foram escolhidos três recortes que abordam o tema e sua contextualização.

a) Primeiro recorte:

Refere-se as experiências vividas por uma pessoa com paraplegia, a arquiteta Regina Cohen, atualmente professora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ) e Coordenadora do Núcleo Pró-Acesso da UFRJ, também atua em pesquisa para Pós-Doutorado em Arquitetura na FAU/UFRJ sobre Acessibilidade de Pessoas com Deficiência aos Museus tombados pelo Patrimônio Histórico Brasileiro.

Alguns dos relatos dessa arquiteta referem-se principalmente a falta de acessibilidade na universidade para a qual retornou após o acidente que a deixou paraplégica para fazer o seu mestrado e doutorado e pôde perceber como as universidades estavam muito mal preparadas para recebê-la.

As dificuldades, barreiras físicas, sociais e culturais revelaram-se um desafio diário que culminou com a criação do Núcleo Pró-Acesso, que foi pioneiro no país e hoje conta com o reconhecimento nacional e internacional, tendo recebido alguns prêmios no Brasil e no exterior. O Núcleo Pró-Acesso é um grupo dedicado a pesquisa, ao ensino, ao planejamento e ao projeto inclusivo, buscando a integração sócio espacial das pessoas com deficiência por meio de um design universal que possa reduzir as barreiras à acessibilidade, sendo vinculado ao programa de pós-graduação em arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Baseado nos problemas enfrentados por Regina Cohen segue o texto com propostas elaboradas por ela de acessibilidade nas universidades:

Para que as universidades se tornem mais acessíveis e amigáveis às pessoas com deficiência física (cadeirantes) é importante melhorar o acesso ao sistema de transportes para chegar à universidade, criar vagas especiais de estacionamento,

adaptar banheiros, lanchonetes, refeitórios, bibliotecas, auditórios e outros espaços acadêmicos. Melhorar também o acesso às salas de aula, que no meu caso, além do quadro negro e das carteiras, mesas e cadeiras, envolve em algumas salas o acesso às pranchetas onde são desenvolvidos os projetos de arquiteturas. Em algumas destas salas também existem desníveis que precisam ser eliminados, sem falar nos tablados para os professores que são inacessíveis. Nunca consegui utilizar salas assim. (COHEN, 2008, s/p)

Segundo Regina Cohen (2008), o processo de eliminação das barreiras físicas, por meio de projetos de adaptação é importante, contudo eliminar barreiras atitudinais é uma tarefa tão importante quanto difícil. Conviver com a diversidade humana é uma oportunidade que a educação pode oferecer desde a mais tenra infância, cabendo aos educadores estimular a capacidade de cada um aceitar e principalmente respeitar quem é diferente.

b) Segundo recorte:

Refere-se a reportagem da Revista Veja, escrita por Paula Pfeifer, autora do blog Crônicas da Surdez, que originou os livros Crônicas da Surdez e Novas Crônicas da Surdez: Epifanias do Implante Coclear (Editora Plexus), e gerente da Sonora Clínica da Audição, no Rio de Janeiro. Publicado em VEJA de 15 de novembro de 2017, edição nº 2556.

Pfeifer (2017) ao se deparar com o tema da redação do Enem, do ano citado, faz um relato emocionado a respeito de sua trajetória, como deficiente auditiva da fase da educação fundamental até a universidade:

Em meus anos de escola e faculdade, apresentei todos os graus da surdez: leve, moderada, severa e profunda. Por ter uma deficiência auditiva bilateral progressiva, comecei o colégio ouvindo muito bem e, até me formar em ciências sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), perdi por completo a capacidade de ouvir. As dificuldades me acompanharam do início ao fim de meu processo de aprendizagem. A sala de aula é um dos espaços mais traumáticos para quem não ouve, ou ouve mal. Eu procurava os lábios dos professores para lê-los, mas eles usualmente se posicionavam de costas para mim, escrevendo no quadro. Todos falavam ao mesmo tempo. O ruído de fundo me impedia de entender as conversas. Os vídeos e filmes exibidos não tinham legendas; logo, eram praticamente incompreensíveis para mim. Na sala, eu precisava me sentar num lugar estratégico — sempre na fileira grudada na parede lateral, para que meu ouvido “bom” captasse o som — e passava o tempo todo tensa, no aguardo do momento em que algum colega me chamaria e eu não o ouviria (PFEIFER, 2017, p.72-73).

Não obstante a experiência vivida, a autora supracitada revelou o grande equívoco cometido pela equipe organizadora do MEC (Ministério da Educação e Cultura) quando

generalizou a deficiência auditiva, desconhecendo a diversidade que existe entre aqueles que apresentam essa deficiência.

Paula salienta que os surdos, sofrem com a falta de acessibilidade, com o preconceito, com professores despreparados e com escolas que preferem não os ter como alunos. Pfeifer (2017) informa também o desconhecimento quanto as ferramentas de acessibilidade que devem ser oferecidas, pois são distintas a cada um desses grupos. Os surdos oralizados, por exemplo, necessitam de legendas, aro magnético (tecnologia de amplificação do som compatível com aparelhos auditivos) e salas de aula com tratamento acústico. Já os que se apóiam na linguagem em Libras, precisam de intérpretes.

c) Terceiro recorte:

Refere-se a apresentação da Lei e da norma no âmbito da acessibilidade pública:

-LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, s/p).

-NBR 9050 de 11 DE SETEMBRO DE 2015:

Trata de critérios de acessibilidade para edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2015), no que se refere acessibilidade das edificações educacionais, a Norma prevê dentro do item 10.15, Equipamentos Urbanos em Escolas, tais como:

- a entrada de alunos deve estar preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos;

- deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis;

- em complexos educacionais e campi universitários, quando existirem equipamentos complementares, como piscinas, livrarias, centros acadêmicos, locais de culto, locais de exposições, praças, locais de hospedagem, ambulatórios, bancos e outros, estes devem ser acessíveis;

-o número mínimo de sanitários acessíveis deve atender 5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários;

- recomenda-se que elementos do mobiliário interno sejam acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo, conforme especificações: parâmetros antropométricos, informação e sinalização, mobiliário urbano e mobiliário;

- quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis à P.C.R na proporção de pelo menos 1%, para cada caso, do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas, mesas ou superfícies de trabalho;

-as lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas, parâmetros antropométricos;

- todos os elementos do mobiliário da edificação, como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis e atender ao disposto mobiliário urbano, mobiliário;

- nas salas de aula das escolas, cursinhos, complexos educacionais e *campi* universitários, recomenda-se atender aos sistemas auxiliares de comunicação.

d) Contextualização

Na visão de Van Dijk (1997), a melhor forma de analisar criticamente o discurso é delimitá-las às categorias analíticas: sociedade, cognição e discurso.

Nos recortes citados, o discurso proposto pela lei e norma pode ser chamado de discurso institucionalizado já que impõem formas de conhecimento social extragrupalmente, imposto pelo Estado.

A sociedade, formada por conjuntos de grupos sociais, estabelece relações sócio-cognitivas de forma intra, inter e extragrupo, representados aqui por pessoas com deficiência, instituições educacionais, profissionais ligados ao tema, autores de livros entre outros.

As cognições sociais podem ser definidas como pólos ou concentrações de conhecimentos compartilhados por pessoas com as mesmas necessidades, os mesmos pontos de vista e propósitos comuns, nesse estudo, representadas basicamente por grupos de pessoas com deficiência.

Com ênfase no problema social, que é a ausência de acessibilidade nas instituições educacionais, identificam-se obstáculos como os relatados anteriormente nas escolas municipais de Campo Grande- MS, bem como os relatados no primeiro e segundo recortes.

Na rede de práticas sociais, o grande problema são as barreiras físicas e atitudinais. Nas relações de semiose, como entre o usuário e o observador, entre o autor do projeto e a norma, por exemplo, a apropriação do espaço deveria atender a diversidade como um todo, sem distinção.

Quanto ao discurso, não se pode pautar apenas em textos técnicos bem fundamentados, mas principalmente nas experiências vivenciadas por cada grupo que apresenta uma necessidade específica.

Tanto as barreiras atitudinais, quanto a necessidade da apropriação do espaço e a representação originadas pelas experiências enfrentadas pelas pessoas com deficiência, são conceitos de fundo social, alheios a maioria da sociedade que por falta de informação adequada, desconhece a diversidade humana e as suas características.

Talvez a maneira mais simples de implementar a consciência da diversidade humana é conviver com ela, desde a mais tenra infância, oportunidade que a educação oferece a crianças com e sem deficiência na escola. É a escola que promove o primeiro convívio e aprendizado especialmente no que diz respeito às questões humanas. A Constituição Brasileira (1988) já garante o acesso das pessoas com deficiência às classes comuns da rede regular de ensino.

Ainda segundo Freire (1984), o trabalho educativo deve ser interdisciplinar, que permita ao aluno criar elos que tornem a aprendizagem coerente, com o intuito de oferecer uma prática pedagógica voltada à compreensão da realidade social. Por isso a escola precisa estimular as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens.

A sociedade por meio de seus vários segmentos sociais deveria almejar uma nação livre e, sobretudo solidária, contribuindo para que prevaleçam os direitos de todas as pessoas no exercício da cidadania, sem exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a visão de Van Dijk (1997), um discurso a ser analisado criticamente possui algumas características analíticas importantes que o influencia, entre elas: a sociedade, a cognição e o próprio discurso.

Van Dijk (2008) expõe que um discurso pode estar vinculado às desigualdades sociais e à discriminação. A acessibilidade abordada no estudo, revela como a sociedade e o poder público necessitam construir um conhecimento do assunto de tal forma que barreiras comportamentais e atitudinais sejam rompidas, pois as legislações já existem, bem como parâmetros técnicos já foram estabelecidos, porém conceitos e comportamentos necessitam ser ampliados e transformados .

Em vistorias realizadas nas Instituições Educacionais do Município de Campo Grande-MS, verificaram-se a inadequação dos espaços, demonstrando ainda a precariedade da acessibilidade segundo as normas e as legislações vigentes.

Os discursos apresentados pelos relatos comprovam que há necessidade de mudanças por parte da sociedade, do poder público, principalmente no comportamento e atitude e que por falta de informação e desconhecimento da diversidade humana e suas características, deixam de aceitar as diversidades.

Uma das maneiras de amenizar estas diferenças seria conviver com elas. O primeiro momento que se atua socialmente é na escola onde depara-se com as diversidades. A escola é local de conhecimento, de compartilhar, vivenciar experiências e aceitar as diferenças, desde a mais tenra idade, educando para que as relações do futuro não sejam discriminatórias e excludentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06.jan.2018.

BRASIL. Lei° 13.146, de 06 de jul de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Brasília, DF, jul 2015. Disponível em: <http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf>. Acesso em: 06.jan.2018.

COHEN, Regina. Universidade e deficiência física - Paraplegia - Regina Cohen. São Paulo: Molla Livro Acessível, 2008. Disponível em: <<http://www.livroacessivel.org/universidade-acessivel-regina-cohen.php#conteudo>>. Acesso em: 06.jan.2018.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

VAN DIJK, Teun Adrianus. (comp.) **Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction**. London: Sage Publications, 1997.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006. Disponível em: <<http://www.proprocesso.fau.ufrj.br/artigos/Acessibilidade%20em%20Escolas%20NUTAU%202006.pdf>>. Acesso em 06 de janeiro de 2018.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. Subsídios metodológicos na construção de uma acessibilidade plena: a produção da identidade e da subjetividade de pessoas com deficiência. **Revista Benjamin Constant**. Edição Especial 03. out. 2013. Disponível em: <https://intervozesdotcomdotbr.files.wordpress.com/2015/01/subsc3addios-metodolc3b3gicos-na-construc3a7c3a3o-de-uma-acessibilidade-plena_rbc_revee3out2013_texto_7.pdf>. Acesso em 6 de janeiro de 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GUIMARÃES, Marcelo. Acessibilidade ambiental para todos na escala qualitativa da cidade. In: **TOPOS - Revista de Arquitetura e Urbanismo**. v.1, nº 1, Belo Horizonte: NPGAU, 1999.

GUIMARÃES, Cleber Pacheco. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em van Dijk e Fairclough. **Eutomia Revista de Literatura e Linguística**. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/viewFile/959/738>> Acesso em 6 de janeiro de 2018.

MAGALHÃES, Célia Maria. Reflexões sobre Análise Crítica do Discurso. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Reflexões%20sobre%20a%20análise%20crítica%20do%20discurso.pdf>> Acesso em 6 de janeiro de 2018.

PFEIFER, Paula. Ouça todos os surdos. **Veja**, São Paulo, edição 2556, ano 50, n.46, p.72-73, 15 nov. 2017.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD- Um Resumo de sua História, Conceitos Importantes e seus Desenvolvimentos. **Linguagem em Discurso**. v.4, Santa Catarina: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2004. Disponível em:<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297>Acesso em 6 de janeiro de 2018.